

Alçar os Santos dos Calabouços: Um Museu para a Liberdade

Lifting the Saints from the Dungeons: A Museum for Freedom

*Luz Stella Rodríguez Cáceres¹ 

Resumo

Duas coleções de objetos religiosos afro-brasileiros que foram confiscados pela polícia entre 1891 e as primeiras décadas do século XX são objeto de reflexão neste artigo. Ao estudar os percursos dessas coleções foram mapeados os diversos valores de sentido atribuídas a elas, os quais longe de serem permanentes, também não são excludentes entre si. Proponho discutir os processos simbólicos e arranjos institucionais que foram acionados ao longo das suas trajetórias. Nessa empreitada, essas coleções são passíveis de serem analisadas em duas dimensões: por um lado, enquanto realidade subjetiva, afetiva e cosmológica; e por outra parte como objetos de luta política na esfera pública de um coletivo socialmente organizado. Ambas as coleções possuem origens similares e têm como denominador comum a exigência das pessoas envolvidas de que seja o museu a instituição encarregada de as abrigar. O museu é indicado como o lugar para a reparação da dor e do sofrimento causados pela violência e intolerância religiosa, o racismo e o preconceito. Em ambos os casos é abordado o poder de agência desses conjuntos de objetos que tem materializado ações e provocado mobilizações em torno de si.

Palavras-chave: Coleções afro-brasileiras. Repressão policial. Museu. Reparação. Patrimônio.

Abstract

Two collections of Afro-Brazilian religious objects that were confiscated by the police between 1891 and the first decades of the 20th century are the subject of reflection in this article. Studying the paths of these collections, the various values of meaning attributed to them were mapped, which, far from being permanent, are also not mutually exclusive. I propose to discuss the symbolic processes and institutional arrangements that have been activated throughout their trajectories. In this endeavor, these collections can be analyzed in two dimensions: On the one hand, as a subjective, affective, and cosmological reality; and on the other hand, as objects of political struggle in the public sphere of a socially organized collective. Both collections have similar origins and their common denominator is the requirement of the people involved that

¹ Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. (PPCIS/UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9452-3907>.

the museum is the institution in charge of housing them. The museum is indicated as the place to repair the pain and suffering caused by violence, religious intolerance, racism, and prejudice. In both cases, the agency power of these sets of objects are addressed, which has materialized actions and provoked mobilizations around them.

Keywords: Afro-brazilian collections. Police repression. Museum. Reparation. Heritage.

Introdução

Com Latour (2012), aprendemos que todo objeto é social e que sem os objetos não haveria sociedade. A cultura material surge como um lugar privilegiado para observar como se cristalizam as intencionalidades humanas. Objetos enterrados, não descobertos, esquecidos ou escondidos tiveram seus vínculos sociais suspensos, mas não perderam seu poder de agir no mundo social. No momento em que são desenterrados, exibidos ou lembrados, os objetos iniciam um trânsito para serem recolocados na vida pública e recuperam sua dimensão política, isso não significa que a matriz social/relacional na qual eles têm estado inseridos (GELL, 1998) tenha sido suprimida.

As coisas esquecidas sofrem, explicou-me uma vez Shaolin, que procurou incansavelmente por um lugar capaz de lhe devolver dignidade à vida dos artefatos apreendidos em terreiros de umbanda e candomblé, principalmente, no Rio de Janeiro por causa da repressão policial legitimada pelos artigos 156, 157 e 158 do Primeiro Código Penal da República de 1890 (VELASCO, 2019). A partir do momento em que Shaolin intuiu as condições nas quais se encontravam as peças sacras dos seus antepassados, *vítimas da pior das covardias*, ela sentiu um chamado para resgatá-las da sua incompletude, pois encaixotadas e ocultas como estavam, estariam reduzidas ao abandono e ao esquecimento, desconectadas da vida daqueles aos quais elas estiveram um dia associadas. Era preciso remediar e reparar a dor causada, e essa foi a missão de Luciene Corrêa Ferreira, mais conhecida como Shaolin.

Um dos propósitos deste artigo é lançar luz sobre a trajetória de uma coleção de objetos sagrados associada à umbanda, oculta nos porões do Departamento de Depósito Público do Estado do Rio de Janeiro (DDPE/RJ) e resgatada em 2010 por Shaolin, diretora da Organização Não Governamental (ONG) Senda Oriente Livre (SOL). As informações que aqui detalho foram coletadas durante as minhas indagações em 2018 sobre as coleções que poderiam vir a fazer parte do inicialmente denominado Museu da Escravidão e a Liberdade (MEL)².

Nesse período também participei de reuniões, audiências públicas nas quais a Campanha Liberte Nosso Sagrado (CLNS) foi protagonista. A CLNS tem tido um papel determinante sobre o destino e tratamento que deve receber o Acervo Sagrado Afro-brasileiro³, composto pelos objetos apreendidos pela polícia civil a partir da Primeira

² O museu mudou de nome e hoje é chamado de Museu da História e Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB).

³ O Acervo Sagrado Afro-brasileiro é a denominação proposta pelas lideranças das religiões de matriz afro para substituir a conhecida Coleção Magia Negra, nome que carrega o estigma e o preconceito. O nome da Coleção Museu de Magia Negra aparecerá quando assim citado textualmente.

República. No momento em que se debatia um lugar alternativo ao Museu da Polícia para abrigar essa coleção, o MEL, ainda sem acervo, prontificou-se a receber esses objetos, daí o interesse inicial dos idealizadores do MEL pela CLNS.

Refletirei sobre duas coleções com trajetórias diferentes, e apesar das suas origens semelhantes não pretendo realizar uma comparação. Ambas as coleções materiais agem no sentido de modificar relações de forças e gerar significados (GELL, 1998) e também percorrem caminhos sinuosos atrelados a redes de relações sociais, cósmicas e políticas que nos obrigam a abandonar a ilusão do objeto como entidade fixa e compreender como as coisas se inserem ou não em um ou vários sistemas classificatórios específicos e por vezes simultaneamente (APPADURAI, 2010). Em ambos os casos o papel do museu é reivindicado na construção de significados legítimos e o designam como lugar para a reparação de erros historicamente atestados.

A comparação entre as coleções seria um caminho ideal, mas este não procede por causa do desequilíbrio de informações. O Acervo Sagrado Afro-brasileiro tem uma biografia (KOPITOFF, 2010) legitimada e amplamente pesquisada (CORRÊA, 2005, 2009; MAGGIE; RAFAEL, 2003; OLIVEIRA, 2015; VELASCO, 2019) e tem se esboçado, não sem tropeços, na gramática do patrimônio cultural afro-brasileiro, materializando-se também como uma ferramenta de luta política, identitária e antirracista por parte da Campanha Liberte Nosso Sagrado. Por contraste, essa coleção se torna um referente necessário com a que dialoga uma outra coleção pouco conhecida, sem nome, cujo vínculo existencial pauta-se, inicialmente, pela mística e a subjetividade pessoal e que deu tímidos passos para uma vida pública.

Os resultados desta reflexão se baseiam na entrevista que me concedeu Shaolin, que também me facilitou acesso a correspondências e fotografias. Visitei o acervo do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e entrevistei o diretor Sérgio Bedito. Fui também ao Depósito Público do Estado. Entrevistei Mãe Meninazinha d'Oxum, do terreiro Ilê Omolu Oxum, em São João de Meriti, uma das principais vozes da campanha, Luizinha de Nanã e Jorge Santana, historiador e assessor do deputado Flávio Serafini, um dos apoiadores da CLNS. Acompanhei reuniões e participei de uma audiência pública. Sobre Acervo Sagrado Afro-brasileiro não realizei nenhuma pesquisa de campo nem de fontes primárias e me remeti exclusivamente a fontes secundárias, aos depoimentos das pessoas da CLNS e às notícias da imprensa.

Alçar os Santos dos Calabouços

Quando se fala da agência dos objetos se coloca em relevo que elementos materiais não humanos ou objetos têm o poder de indução de ação (GELL, 1998). Tem-se, assim, que o objeto em si é um recipiente da agência facultada pelo agente humano, que possui uma agência ativa. Se a intencionalidade das pessoas que mobilizam coisas tem sido central, também interessa saber o que as coisas têm mobilizado no nível das interações sociais das pessoas. Assim, indo além da perspectiva passiva de Gell (1998), Latour (2012) afirma o caráter híbrido da agência, que não está definida só a partir de uma intencionalidade, subjetividade de um sujeito, senão também, pela capacidade desse elemento em induzir ou influenciar outro elemento na rede a realizar uma ação, ponderando que um ator não é apenas a fonte de uma ação senão também o alvo no qual convergem entidades.

A teoria externalista da agência de Gell (1998) resulta útil na hora de compreender como as coisas motivam determinadas condutas que as levam a serem tratadas *como pessoas*, tornando-se fonte e objeto para agência social, não apenas pelos cuidados que lhes deveriam ser ofertados, mas pelas situações sociais que as coisas passam, narradas como se de pessoas se tratar. Não abordarei aqui as coisas em si, nem em sua materialidade, nem em sua individualidade. Mesmo que os atores narrem como elas *sofrem, têm dor, precisam de abrigo, estão presas ou detidas*; e sejam realizadas empreitadas para *resgatá-las, libertá-las, cuidá-las e alimentá-las*, os meus dados apontam mais para uma agência das coleções⁴. Estas, formadas a partir de atos de apreensão, cativeiro, salvaguarda e arranjos institucionais. Irei me referir aqui mais ao caráter conjunto da sua formação e sua capacidade de materializar atos e lutas pela sua ressignificação do que aos objetos em si.

A relação entre Shaolin e a coleção de objetos que resgatou se deu no âmbito do afeto e o respeito com o mundo sagrado, regido por dívidas, dádivas e contraprestações (MAUSS, 2003), numa relação que integra o visível e o invisível, a materialidade e a espiritualidade, a conexão entre espaços e tempos. Em 2018, momento em que a entrevistei, ela se apresentou como *espírita, sensitiva e paranormal*, mas dizia não seguir nenhuma religião. Apressou-se para falar: *acredito nos espíritos e respeito todas as religiões que levem ao Pai*. Apesar de não fazer parte de nenhum terreiro, a sua prática espiritual bem poderia se enquadrar próxima da umbanda⁵.

Shaolin trabalha como acupunturista, é terapeuta, faz uso de várias técnicas de cura. Também é a diretora da ONG SOL. Ela atende num pequeno consultório no pátio da sua casa em Botafogo, entre plantas, cachorros, uma tartaruga e imagens de Buda, Zé Pelintra, Iemanjá, Oxum, Jesus Cristo, Nossa Senhora e o Padre Pio.

Da sua avó indígena, que curava com catimbó, Shaolin herdou a vocação de serviço, as habilidades para a cura e a capacidade de interação com as entidades para cuidar dos que sofrem, graças a seus poderes mediúnicos. Fez cursos de enfermagem e acupuntura e reúne um agregado de conhecimentos das mais variadas tradições para fazer os tratamentos. Foi com a avó que ela aprendeu sobre a fé e o misticismo e foi dela que escutou pela primeira vez sobre a perseguição às religiões de matriz africana, exercida com violência pelos *bota preta*, como eram chamados os policiais civis que nas suas ações apreendiam peças sagradas nos terreiros. *“A minha avó sempre falava com infinita tristeza, quando lembrava que nossas coisas estavam nas mãos da polícia”*, relembra Shaolin. As histórias da brutalidade sobre os praticantes que perdiam seus santos ressoaram com força na alma de Shaolin: *“A polícia entrava nos terreiros, quebrava, destruía, sequestrava os santos e assentamentos, causaram muito sofrimento e essa dor sempre esteve na minha cabeça, e esse sentimento foi mais forte quando minha avó partiu”*.

⁴Agradeço a reflexão proporcionada pelos avaliadores deste artigo, nessa troca fui chamada a analisar acertadamente meus dados a partir de uma perspectiva de agência das coleções, indo além do conceito de agência de Gell (1998) restrito às coisas.

⁵ Para Magnani (1991, p. 43) não há na umbanda uma padronização nem na ritualística nem na mitologia e há diversas formas de se praticar e vivenciar os cultos que combina elementos de uma rica e variada tradição religiosa. De acordo com Patrícia Birman (1983, p. 27) *“não há limites na capacidade do umbandista de combinar, modificar, absorver práticas religiosas existentes dentro e fora desse campo fluido denominado ‘afro-brasileiro’”*.

“Talvez por ser uma missão que me cabia”, explicou-me Shaolin, foi que em 2009 ela livrou um delegado da polícia de uma insuportável dor de ciática. Quando o tratamento terminou, o delegado, uma vez curado, perguntou: “Menina, o que eu posso fazer para te ajudar?” Ao que ela teria respondido: “Me ajuda a alçar os santos dos calabouços”. O delegado riu alto e questionou o porquê de tal pedido. A resposta que Shaolin lhe ofereceu também foi também dita para mim: “Porque eu acho que chegou a hora do resgate da religião genuinamente brasileira”.

A partir desse pedido, o delegado teria iniciado uma pesquisa para pagar a dívida moral que tinha com a terapeuta, sua indagação concluiu que os santos procurados estariam no Depósito Público do Estado do Rio de Janeiro⁶, localizado na rua Joaquim Palhares no bairro do Estácio. Quando perguntei como foi que essa missão lhe tinha sido encomendada, Shaolin respondeu que aquele pedido não foi planejado, ele saiu da sua boca de forma inesperada, quase sem pensar, “naquele momento era como se não tivesse sido eu”. Ela refletiu que poderia ter pedido qualquer outra coisa para o delegado, “mas saiu aquilo [...] é coisa dos ancestrais indígenas, com certeza. Os guias e mestres sempre estão por aí me acompanhando e me cobrando”. Esse não planejamento do pedido feito, indica quanto Shaolin conhecia as histórias de repressão, mas desconhecia as características materiais dos objetos que viria a receber.

Uma vez localizados os santos, Shaolin realizou, em fevereiro de 2010, o requerimento de 197 peças ao diretor do arquivo do Depósito Público Estadual da cidade. Na carta escrita por ela, a qual tive acesso, ela declarava que a finalidade do requerimento seria “a criação de um museu de umbanda na cidade, com o intuito de resgate cultural da religião genuinamente brasileira”. De objetos de culto nos santuários de onde foram subtraídos e criminalizados, passaram a ser “castigados” na escuridão dos porões de um depósito. Para ela, devolver a dignidade para os santos injuriados passa pela inserção dos mesmos num espaço museográfico. O desejo de tirar os santos dos calabouços e expô-los num museu vai além do reconhecimento público, para Shaolin, é uma tentativa de encerrar um capítulo de destruição e dar aos santos uma casa, um lugar que os proteja e lhes devolva a dignidade subtraída. Trata-se de uma ideia amparada no entendimento do museu como agente responsável por construir significados legítimos sobre os objetos que detêm.

A partir da sua retirada do Depósito Público, os santos iniciariam uma nova saga. Ciente da trajetória de mágoa e aflição que eles carregavam, Shaolin procurou, antes de um novo lugar para os resguardar, um ritual de conforto e purificação chamado de *entronização*, que deveria acontecer quando os santos estivessem fora do Depósito. Era necessário, me explicou, “pois ao lado dos santos tinha seres orbitando como fantasmas, espectros que se perderiam para sempre, vagando sem rumo, assombrados pela violência e o horror”. Shaolin não foi ao Depósito sozinha, ela contou com a companhia da filha e também com a presença de um guia espiritual, já recorrente na sua vida. “É meu preto velho, ele foi sem eu pedir e terminei aceitando, pois ele tinha razão, era preciso se proteger”, me explicou.

⁶ Os depósitos públicos recebem e guardam os bens que lhes são confiados e zelam pela sua conservação, até que ocorra uma decisão judicial sobre sua destinação final.

O delegado que recebeu Shaolin no dia da retirada das peças era evangélico, segundo ela avaliou, e lhe teria dito que nenhum funcionário a acompanharia ao porão onde os santos estavam jogados, pois de acordo com ele, *todos tinham medo de mexer com esse material, eram coisas perigosas que estavam carregadas*. Ela aclarou então, que não estava sozinha e sim muito bem acompanhada. Desse dia, Shaolin lembra que a filha lhe falou: *“mãe, você está libertando tudo que está preso deles”*. E ela corroborou: *“eu estou libertando é a dor, porque por detrás dos santos tem também o sofrimento das pessoas”*.

Não existia no Depósito nenhum registro ou inventário das peças; ela perguntou pelos autos de apreensão das peças e foi informada que não existia nenhum arquivo sobre elas⁷. Assim, elas foram retiradas sem nenhum documento ou inventário. Uma vez com os santos encaixotados, Shaolin recorreu à Federação Espírita Kardecista com o ânimo de encontrar ajuda para a realização de um ritual de entronização, procedimento que tinha como objetivo expiar os santos do sofrimento e as dores infringidas no passado: *“As coisas sofrem, não é só a gente, elas precisam de tratamento tanto quanto a gente”* (SHAOLIN).

Um tratamento adequado das peças retiraria delas o “sofrimento”. Quando perguntei por que não tinha procurado um ritual na umbanda, me respondeu que para transmutar a dor não era preciso pertencer a uma religião: *“Eu não pertencço a nenhuma religião, eu não sou mãe de nada! Você conhece Mãe de Nada? Sou eu”* (SHAOLIN). Com essas palavras, ela não apenas explicava as tensões que emergiram entre ela e algumas mães de santo que desaprovaram o tipo de ritual praticado, senão que também deixava em destaque seu desapego a uma doutrina rígida e sua renúncia ao caráter institucionalizante e centralizador das grandes religiões: *“Podem falar o que quiserem, mas eu tive a coragem de liberar da dor os santos que pediam socorro. Eu amo e respeito todas as religiões, sou universalista e amo todas as religiões que levem ao Pai”* (SHAOLIN).

A “entronização” dos santos aconteceu no Clube do Caxinguilê⁸ do Horto onde, à época, Shaolin fazia atendimentos. Naquele clube Shaolin oferecia consultas e tratamentos com caráter social e foi ali que convocou as senhorinhas da favela, entre elas algumas rezadeiras, e também alguns de seus pacientes a participar do ato de purificação. Eles levaram sal grosso e arruda. *“Os kardecistas da federação que não puderam ir, nesse dia participaram da entronização à distância”*. Contou-me Shaolin que então lhes passou o endereço, isso seria o suficiente, a presença física seria dispensável, pois só a intenção basta.

Efetuada o ritual, era preciso encontrar um local que pudesse resguardar os santos, Shaolin me explicou que era “enturmada” e graças a seus contatos conseguiu acesso a Edson Santos de Souza, ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que a colocou em contato com o Centro Cultural Municipal José Bonifácio (CCMJB), administrado à época pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. O objetivo seria que o CCMJB abrigasse os objetos

⁷ Eu tive a oportunidade de ir ao Depósito em três ocasiões, com pouco sucesso. Nas primeiras vezes conversei com dois delegados que não tinham escutado falar das peças, nem que tinham sido retiradas em 2010. Na terceira vez, uma mulher de serviços gerais corroborou que as peças estiveram por muitos anos sob a guarda de um delegado, cujo nome ela não lembrava. Ele morreu faz uns 25 anos e com sua partida os objetos tinham virado um estorvo com o qual ninguém se atrevia a mexer. Segundo ela só o tempo e o clima tomavam conta desse “material”.

⁸ Fechado pela Justiça em 2014 no meio dos conflitos entre os moradores do Horto e o Jardim Botânico.

resgatados. Como prova dessa movimentação, Shaolin me mostrou a carta que Humberto Araújo, subsecretário da prefeitura, teria remetido ao ministro em 25 de março de 2010 confirmando o interesse da prefeitura em abrigar as referidas peças para desenvolver uma futura exposição:

A Secretaria Municipal de Cultura, visando o desenvolvimento de projetos que colaborem para cidade do Rio de Janeiro, instituiu como principal objeto de sua ação, a expressão diferenciada das manifestações artísticas e culturais, como subsídio ao pleno exercício da cidadania. Reconhecemos o mérito do projeto 'Exposição permanente das peças resgatadas de afro-brasilidade' e o valor cultural do trabalho proposto e informamos que temos total interesse em abrigá-las no Centro Cultural Municipal José Bonifácio, equipamento pertencente à Secretária Municipal de Cultura. Na oportunidade, informamos que as peças do referido projeto foram resgatadas da Polícia Civil pela ONG Senda Oriental. Peças essas que estiveram durante aproximadamente cem anos, em cárceres, fruto da política repressora em vigor na época (RIO DE JANEIRO, 2010).

A "Exposição permanente das peças resgatadas de afro-brasilidade", citada na carta, nunca se concretizou. Um ano depois, em maio de 2011, o prédio do CCMJB entrou em obras de restauração, a direção enviou uma carta para Shaolin pedindo a retirada das peças. Ao retirá-las, Shaolin assinou um documento que finalizava a responsabilidade de sua custódia pelo CCMJB. Esse documento está acompanhado do único inventário das peças, que, entre outras, lista imagens de Nossa Senhora, Santa Bárbara, Iemanjá, Cosme e Damião, Jurema, Pai Joaquim de Aruanda, cachimbos, bengalas de preto velho, pedras e vários quadros entre os quais teria uma imagem de Sri Bala Murugan. Nessa lista aparece que o número total das peças é 90, uma cifra bastante inferior das 197 que Shaolin teria retirado do Depósito, em fevereiro de 2010. O lugar de resguardo substituído foi então o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras na Lapa, local onde as peças têm permanecido até hoje. Ao visitar a coleção visualizei uma série de estatuetas em gesso, possivelmente produzidas a modo semi-industrial, amontoadas, em duas grandes vitrines, mas sem nenhuma condição real de preservação.

Em 2018, Nilcemar Nogueira, subsecretária de cultura do município e diretora do MEL, procurou o então diretor do IPCN, Benedito Sérgio, para requerer a coleção tutelada pelo Instituto. Nogueira cogitava que esses objetos fizessem parte do acervo do novo museu. A entrega das peças à subsecretária de cultura foi negada por Sérgio. Quando o entrevistei, ele argumentou, em primeiro lugar, que o MEL ainda não existia e não tinha nenhuma garantia de que haveria condições reais de salvaguardar as peças e, em segundo lugar, alegou também: "*os santos me escolheram como guardião*". Para ele, "*as peças são um documento que precisa ser melhor conservado*" (BENEDITO SÉRGIO), reconhecendo a incapacidade técnica e orçamentária do IPCN para construir um projeto de valorização desse legado. Não deixa de ser curioso que o MEL, hoje MUHCAB, que se encontra atualmente funcionando na sede do CCMJB, tivesse reclamado as peças que uma vez o próprio CCMJB abrigou anos atrás e que tão espontaneamente devolveu à Shaolin.

A recuperação desses objetos se iniciou como uma saga individual motivada por uma história de terror. A missão de libertá-los da dor foi encarada a título pessoal. A biografia dessa coleção (KOPITOFF, 2010) destaca que as coisas não possuem significados dados e que há mudanças nos valores que lhe foram atribuídos a partir dos diferentes espaços que ocupam e as pessoas que em torno dela se mobilizaram (APPADURAI, 2010). Porém, as coisas não são apenas suportes passivos dos sistemas, dos valores sociais que se substituem e muitas vezes se superpõem, enquanto novos estatutos se definem para elas. Quando foi sondada a possibilidade de que essa coleção fizesse parte do MEL, as peças saíram de um certo anonimato; pelo momento elas não são nem objetos de museu, nem objetos de consagração, e a partir do momento do resgate ninguém cogitou qualquer ato de iconoclastia, destruição ou abandono.

Esse rendimento analítico se enriquece com ideias de Kopitoff (2010), que no marco dos estudos pós-coloniais propôs uma análise da cultura material pautada no entendimento das relações entre os atores envolvidos nos processos sociais e simbólicos de classificação, transformação de objetos em coleções etnográficas e museográficas. No Acervo Sagrado Afro-brasileiro, observaremos que as diversas categorias atribuídas às coisas não passam de rótulos momentâneos mais do que qualidades intrínsecas às mesmas.

Liberte Nosso Sagrado

As origens da coleção resgatada por Shaolin coincidem com as do Acervo Sagrado Afro-brasileiro, amplamente pesquisado, divulgado (CORRÊA, 2005, 2009; MAGGIE; RAFAEL, 2003; OLIVEIRA, 2015) e, também, reivindicado de uma forma coletiva e politicamente mais engajada e articulada. Foi em 2017, quando a Campanha Liberte Nosso Sagrado (CLNS) deu maior visibilidade ao assunto dos objetos sagrados usados nos cultos de candomblé e umbanda, no Museu da Polícia Civil. Porém, não foi a primeira vez; desde os anos 1970, Mãe Meninazinha de Oxum vem fazendo campanhas pela retirada dos objetos desse museu, *“trata-se de uma missão de vida, encontrar um lugar digno para que as pessoas possam conhecer a história do nosso sagrado”*. A CLNS é a articulação de lideranças das diferentes religiões de matriz africana, pesquisadores ligados às universidades públicas e representantes de organizações que tem como objetivo, a *liberação das peças*.

Para alcançar esse objetivo foram realizadas ações como uma representação junto ao Ministério Público Federal (MPF), uma audiência pública que contou com o apoio do PSOL e uma diligência para fiscalizar o estado da coleção. A CLNS redigiu ofícios para os órgãos públicos, promoveu reuniões com o Iphan e Superintendência de Museus da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio⁹. Nas redes sociais foi lançado o *#LiberteNossoSagrado* para expor a vergonhosa história de racismo, intolerância e discriminação contida na perseguição empreendida pelo Estado brasileiro aos cultos de matriz africana¹⁰.

⁹ A campanha teve o apoio da OAB, da Defensoria Pública Estadual e da União e a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro.

¹⁰ Para apoiar e difundir a campanha foi produzido um documentário com o mesmo nome pela Quiprocó Filmes, o qual contém entrevistas com parlamentares, pesquisadores, lideranças religiosas, museólogos e militantes da liberdade religiosa.

Para além do reconhecimento por parte do Estado das violações perpetradas sob o manto da legalidade, o objetivo da campanha é devolver dignidade às peças, como um dos caminhos de reparação, abalando as estruturas do sistema de significações no qual estiveram enquadradas sob a guarda da Polícia Civil.

O Cativoiro dos Santos

Para prosseguir é preciso recontar que a coleção que une as pessoas da CLNS está composta pelos objetos apreendidos pela Polícia Civil no período da Primeira República quando regia o Código Penal de 1890, vigente até 1942. Embora o Brasil tenha sido declarado um país laico em 1891, esse código criminalizava expressões da cultura afro-brasileira, especificamente os centros de umbanda, os terreiros de candomblé, a capoeira e o samba¹¹ (OLIVEIRA, 2015; VELASCO, 2019).

Práticas denominadas como “baixo espiritismo, magia e curandeirismo” atribuídas à população negra eram explicitamente perseguidas e proibidas. Os terreiros foram alvos de batidas policiais marcadas pela truculência. Ao invadir os terreiros, ialorixás, babalorixás eram agredidos, presos e incriminados judicialmente. Mães e pais de santo foram parar em delegacias acusados de ser *feiticeiros*, *bruxos* e praticantes de *magia negra* sem serem submetidas ao devido processo legal. As práticas religiosas eram tidas como um atentado à moral e também um caso de saúde pública. A apreensão de vestimentas, estatuetas, atabaques, entre outras representações imagéticas de caboclos e orixás serviam como prova das acusações de feitiçeira.

No caso do Rio de Janeiro, os objetos apreendidos foram armazenados na Seção de Tóxicos, Entorpecentes e Mistificação da Primeira Delegacia Auxiliar do Departamento de Polícia do Rio de Janeiro no Museu da Polícia, fundado em 1912. A coleção permaneceu exposta no Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro até 1999, quando da mudança da sede para o prédio histórico da Rua da Relação (VELASCO, 2019). Pelo depoimento de Shaolin, agora sabemos que existiram outros depósitos que ainda não foram documentados, nem mapeados. Enquanto alguns objetos foram para um museu, outros foram exilados de todo contato humano.

Ao entrar no museu, esses objetos passaram por uma conversão que os ressignificou com um sentido de exibição museológica do crime sob narrativas estereotipadas. Para a CLNS, uma prova do preconceito existente foi a denominação pejorativa dado à coleção como “Museu de Magia Negra” e o fator da coleção ter estado sob o tópico “Tóxicos, Entorpecentes e Mistificações”.

Nessa fase de sua existência, os objetos passaram a ser ilustração de uma atividade delitiva dada a criminalização da sua experiência humana original. Do universo sagrado, essa coleção foi enquadrada dentro do universo do crime, colocada ao lado de objetos como armas, falsificações, jogos proibidos e material de propaganda política julgada subversiva e comunista; documentação sobre crimes e criminosos célebres. Um dos objetivos do Museu da Polícia era divulgar os progressos tecnológicos

¹¹ Dita criminalização demonstra o quanto esses códigos eram principalmente um instrumento de repressão racial e cultural, como o atesta o Decreto nº 847, do Código Penal de 1890 e seus artigos 156, 157 e 158 (BRASIL, 1890).

alcançados pela nova Polícia Judiciária e auxiliar os cursos ministrados pela Escola de Polícia do Rio de Janeiro (CORRÊA, 2009). O museu se consolidou a partir do mundo social de onde extraiu seus fragmentos de realidade, mas contribuiu na materialização de um campo semântico de anomalia sobre essas religiões. Para Santana, a exposição das peças dentro desse enquadramento contribuiu com a estigmatização das religiões de matriz africana, cujos efeitos ainda são vivenciados nos inúmeros ataques a terreiros de umbanda e candomblé.

Do Fetiche ao Patrimônio: O Olhar do Tombamento

Em 1938, aproximadamente 200 peças dessa coleção foram tombadas pelo SPHAN. O tombamento da Coleção Museu de Magia Negra é a primeira inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico¹². Com essa atuação, a coleção assumia uma outra classificação, se tornava patrimônio da nação, e sob essa nova interpretação, as ambivalências que cercaram a coleção afloram com maior força, exibindo a sua complexidade sociocultural. O inventário da coleção foi feito somente em 1940, ou seja, quando o tombamento se efetivou em 1938, não se sabia exatamente quais peças a compunham a coleção.

Poderia se pensar que, ao ser reconhecida como patrimônio, um valor artístico, religioso e histórico lhe seria atribuído por antonomásia a essa coleção; contudo, parece que tal reclassificação esteve longe de imprimir um novo olhar sobre tais objetos. Segundo Corrêa (2005), após o tombamento, sobre o qual não existem maiores justificativas ou pareceres, a coleção teria sido relegada ao esquecimento pelo próprio SPHAN,

[...] que relutava em reconhecer qualquer valor patrimonial nesse acervo considerado 'bizarro'. Como a coleção museológica heteróclita não se adequava aos princípios técnicos oficializados no Decreto-Lei n. 25/373, a tendência dos técnicos e intelectuais do Serviço do Patrimônio, foi relegá-la a um plano marginal. Por muitos anos a referência oficial a essa coleção *sui generis* não apareceu listada nos documentos que arrolavam os bens e valores culturais móveis e imóveis tombados pelo Serviço do Patrimônio Nacional; simplesmente era ocultado dessas listas informativas. Um exemplo concreto dessa 'negação' pode ser constatado nos livros de resumos de bens tombados – o acervo do museu de magia negra não constava deles até o livro ser editado em 1984 (CORRÊA, 2005, p. 408).

Dentro da instituição se reconheciam os valores culturais associados às peças. Segundo correspondência, citada por Maggie e Rafael (2003), entre a direção do SPHAN e Dante Milano, diretor do museu entre 1945 e 1956, o modernista intelectual reconhecia plenamente o caráter de arte popular da coleção. De fato, Corrêa (2005) argumenta que o tombamento se justificou nos moldes do projeto modernista de Mário de Andrade, que antecipava que com os avanços da urbanização e industrialização, essas práticas desapareceriam. Tombar a coleção era um passo na sua preservação.

¹²O dossiê 0035-T038 foi assinado pelo presidente do órgão à época, Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Contudo, segundo Corrêa (2005, p. 6), a coleção se viu submergida numa “área de mistérios e tabus”. No museu, as peças eram tidas como “sinistras”, “bizarras”, “primitivas” e “grotescas” e não se enquadravam facilmente ao conjunto dos dispositivos técnicos convencionais direcionados à salvaguarda jurídica de prédios materiais e tangíveis. A preservação de objetos, cujo significado simbólico estava vinculado à dimensão imaterial e intangível de conjuntos rituais, mágicos e religiosos era uma novidade no âmbito patrimonial da época, e com certeza desafiava o preconceito e o racismo institucional e social.

Essa análise coincide com a apreciação que tem Mãe Meninazinha de Oxum a esse respeito. Na entrevista que me concedeu, ela lamentou a existência desse olhar preconceituoso presente no museu, “*pois os objetos eram considerados amaldiçoados e possuidores de energias maléficas. Até os funcionários do Museu alertavam os visitantes para o perigo representado pelo nosso sagrado, que assim colocado, era claramente desrespeitado*” (MÃE MENINAZINHA DE OXUM). Outra das queixas dos coordenadores da CLNS é que os objetos não tiveram uma trajetória de visibilidade no Museu da Polícia Civil, que nunca foram promovidos ou divulgados nas listas de museus da cidade ou folhetos de promoção turística. A falta de acesso às peças foi encorpando críticas de religiosos e integrantes do movimento negro em relação à polícia.

Foi em 1979, quando aspectos dessa instalação foram registrados pelo fotógrafo Luiz Alphonsus, no âmbito de uma pesquisa financiada pela Funarte e conduzida por Contins e Monte-Mór (CORRÊA, 2009). Maggie destacou que quando se deu ao trabalho de analisar estes objetos, percebeu que “muita gente ia ao museu fazer sua fezinha e acreditava que aqueles objetos eram carregados de poder” (MAGGIE, 2011). Em mais de uma ocasião, a antropóloga teria sido advertida sobre o perigo de estudar aquelas coisas. Em outras palavras, as peças, enquanto objetos museográficos, não teriam perdido seu “axé”¹³, eles não tinham morrido totalmente para o mundo do qual faziam parte anteriormente e ainda preservavam sua funcionalidade. No museu então, esses objetos escapavam sensivelmente das categorias que lhes foram infligidas.

A coleção tem sido alvo de superposição de várias interpretações. Do lado da narrativa oficial, membros da polícia mantinham algumas disposições das peças condizentes com as práticas religiosas de origem (MAGGIE; RAFAEL, 2003). Em entrevista concedida à Maggie em 1979, Ciro Advincula da Silva, diretor do museu em 1964, afirmou que sob sua direção as peças existentes no museu foram organizadas, seguindo o significado ritual de seus componentes, de acordo com as tradições do povo dos terreiros. Ele mesmo, como membro de uma comunidade da umbanda, especializado em decorar altares para terreiros na década de 1960 e leitor de livros de antropólogos renomados que estudaram o assunto como Artur Ramos, Roger Bastide e Edson Carneiro, teria cuidado para manter uma correta disposição dos orixás e atabaques. Mais tarde, ele teria colaborado ainda com a composição das legendas das fotos do catálogo da coleção mais conhecido, efetuado pelo fotógrafo Luiz Alphonsus, em 1978.

¹³ Axé é força vital, energia, princípio da vida, força sagrada dos orixás. Axé é poder, é também o conjunto material de objetos que representam os deuses quando estes são assentados, fixados nos seus altares particulares para serem cultuados (PRANDI, 2001, p. 103).

Interestingly, the Police Museum's Black Magic collection was arranged in the layout of a terreiro, where the spirits of light are kept carefully segregated from the spirits of darkness, Images of exus were separated from those of other orisha deities, drums from images, and artifacts used in favorable spells or interventions were placed on a separate shelf to those used against adversaries (LODY, 2005 apud MAGGIE; RAFAEL, 2003, p. 291).

Como apontado por Maggie e Rafael (2003), a manutenção de uma organização dos objetos seguindo a disposição dos terreiros demonstra que policiais e juizes acreditavam em espíritos, possessões espirituais e no poder da magia; significa também que esses objetos sagrados nunca perderam seu caráter de mediação com o universo sagrado e espiritual. Se os objetos conservaram o poder de evocar nos visitantes e funcionários profundos e arraigados significados religiosos não são passivos às classificações impostas e resistiram à imposição de significados, desafiando leis, intensões institucionais e arranjos curatoriais.

O incêndio do museu em 1989 danificou e desapareceu com vários objetos. Apenas uma parte dessas peças esteve aberta à visitação pública em uma sala provisória, sob o título de "Coleção de cultos afro-brasileiros". Com a mudança da sede para o Palácio da Polícia na Rua da Relação em 1999, a maior parte da coleção deixou de ser exposta ao público e foi parar na reserva técnica. O Museu da Polícia Civil entrou em restauração em 2010 e desde então se encontra fechado.

Novas interpretações sobre essa coleção tomaram forma a partir do fortalecimento das políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial que vigoram no Brasil a partir de 2003. Precisamos explorar melhor até que ponto a CLNS é um alargamento do conceito de patrimônio cultural imaterial¹⁴. A CLNC pode ser compreendida à luz das discussões sobre os patrimônios que têm emergido como lugares de memória e autoidentificação de grupos sociais influenciados pelas políticas identitárias e que começaram a se narrar a si mesmos a partir de uma linguagem patrimonial, possibilitando uma nova gramática de mobilização e uma politização dos seus interesses na negociação com o Estado (GONÇALVES, 2007).

Os efeitos das políticas identitárias se deixaram sentir em 2008, quando parte da coleção foi vista pela última vez em uma exibição de fotografia de Wilson da Costa no CCMJB, intitulada "Relicário Multicor. A Coleção de Cultos Afro-Brasileiros do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro", que teve Roberto Conduru como curador. De acordo com Gama (2018), chama a atenção que o título tenha suprimido as palavras "magia negra". O título da exposição enfatizava o caráter afro-brasileiro da coleção e usa a palavra *multicor* numa clara tentativa de enquadramento nos parâmetros da nação multicultural, onde a diversidade passa a ser reconhecida como uma configuração definidora da sociedade nacional. No catálogo, Advincula da Silva, diretor do museu, exalta os valores históricos, etnográficos e religiosos do acervo e afirma que essa

¹⁴ Com o seu crescimento significativo, os movimentos sociais passaram a reivindicar a valorização das artes e ofícios cultivados pelas classes populares, em particular de populações afro-brasileiras e indígenas, estimulando uma revisão crítica dos valores que fundamentaram as políticas públicas de patrimônios (ARANTES, 2001) que pela sua vez se tornaram ferramentas privilegiadas para o agenciamento de direitos.

exposição seria uma prévia da exposição que o Museu da Polícia Civil estaria organizando, dentro dos padrões de uma nova museografia, à altura da importância da coleção (CONDURU, 2008).

É no marco do fortalecimento das políticas identitárias e nas discussões sobre reparações dos efeitos do sistema colonial que deve ser compreendida a denúncia empreendida pela CLNS, onde as ambiguidades que cercaram esse patrimônio (GONÇALVES, 2005) no interior do Museu da Polícia Civil são mitigadas para definir um posicionamento político; acentuando distância com os que têm sido até agora os guardiães oficiais da coleção. As críticas mundiais sobre os modos de coleta e de apropriação de objetos de valor à luz das relações coloniais e exibidos nos grandes museus de Europa acrescentaram, por sua vez, outra perspectiva para a interpretação do acervo.

Agência, Museu e Reparação

Mais que objetos museográficos, as peças estariam dotadas de *axé* e força espiritual das divindades ancestrais e das forças da natureza. Pesquisadores do *candomblé* ressaltam que a constante troca ritual entre um iniciado e suas peças rituais fazem destas uma extensão do corpo, parte do que Gell chama de pessoa distribuída (SANZI, 2013). Matéria e espírito (MAUSS, 2003) não estariam totalmente separados, motivo pelo qual as peças ainda manteriam a sua aura sagrada, exigindo cuidados específicos, não apenas em termos técnicos de restauração, mas na ordem do sagrado.

Mãe Menininha de Oxum explicou-me que nos rituais os colares se tornam sagrados e os atabaques, uma vez sacralizados, se transformam nas próprias divindades pela sua capacidade de chamar os orixás para o terreiro, por tal motivo precisam ser zelados pelo pai ou pela mãe de santo. Para ela, manter as peças sob a custódia da Polícia Civil sem o devido tratamento mais que uma grave afronta é *“espiritualmente perigoso, para nós, não são peças arqueológicas, são peças sagradas dos nossos ancestrais. Invadir o nosso sagrado, a parte mais íntima de nossa vida é uma das piores dores. Quando nosso sagrado está preso, nós estamos presos”* (MÃE MENINAZINHA DE OXUM).

A literatura etnográfica está carregada de exemplos nas quais os bens materiais não são objetos separados dos seus donos (MAUSS, 2003). Nas entrevistas realizadas evidencia-se que a questão não é apenas política; a visão nativa destaca os vínculos de parentesco espiritual que existiram com os antigos donos, antes de terem se tornado uma coleção. Assim, a dor infringida às peças é a dor das pessoas que se entendem irmanadas como um coletivo que tem nas suas raízes a perseguição oficializada, que repercute na intolerância religiosa de que são vítimas até hoje.

Na entrevista que Luizinha de Nanã¹⁵ me concedeu, a ideia da liberdade foi exposta. Para ela, a luta é pela liberação das peças, tirar as peças desse museu representa um ato de liberdade, e deve ser visto como uma ocasião para que o povo do santo saboreie sair da opressão: *“Se uma parte do povo conseguir a liberação, será um momento de*

¹⁵ O terreiro de Luizinha de Nanã se chamava Yle Axé Ara Orun Yaba Jiyi, ele foi demolido nas remoções que aconteceram em Vila Autódromo no marco dos preparativos da cidade do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos.

alegria por poder experimentar a liberdade. É um símbolo tão forte, que fico arrepiada de pensar” (LUIZINHA DE NANÃ). Jorge Santana também se expressou dentro dessa gramática do parentesco, apelando ao binômio prisão/liberdade: *“Todos nós da campanha nos sentimos como familiares indo visitar seus parentes presos na cadeia”*. O que esses depoimentos expressam é que apreenderam não apenas material, a confiscação dos objetos foi a *prisão* do próprio sagrado, o *encarceramento* da força vital e sagrada dos orixás. Como parte de totalidades cósmicas, esses objetos sagrados são extensões de indivíduos ou coletividades que estabelecem mediações cruciais entre eles e o universo cósmico, natural e social (GONÇALVES, 2007).

Durante a audiência pública, o babalaô Ivanir dos Santos, interlocutor da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, expressou que era bem possível que esses santos estivessem precisando de alimento e cuidado, em termos rituais. Lembrou que quando a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos se dispôs a organizar uma exposição itinerante, ele se mostrou contrário. *“As peças devem ser retiradas do Museu da Polícia e colocadas em um lugar próprio onde possam ser preservadas, mas criar uma exposição itinerante é criar um espetáculo desnecessário”* (IVANIR DOS SANTOS). Sugeriu a criação de um museu religioso afro-brasileiro onde as pessoas possam conhecer um pouco da história da repressão a esses movimentos. *“Tem que dar a atenção devida a esses objetos, eles não são obras de arte; são objetos sagrados que devem estar em um lugar apropriado. Sair com eles em romaria itinerante não é correto. Não é para ser exposto de forma vulgar”* (IVANIR DOS SANTOS).

Se a permanência das peças no Museu da Polícia Civil simboliza a continuação do processo racista e de intolerância religiosa, para onde elas iriam? Na gramática internacional da perspectiva pós-colonial, a palavra de ordem é a repatriação de objetos que, tomados em contextos coloniais, hoje repousam nos grandes museus europeus. A quantidade de pedidos no mundo todo, demandando a restituição de peças saqueadas a seus lugares de origem, põe em xeque uma pauta museográfica ultrapassada, racista e colonial, provocando debates intensos. A repatriação aparece como uma das principais formas de abordar a reparação dos povos despojados de seus bens. Contudo, se o grito de liberdade proferido pela CLNS expõe a ferida do colonialismo interno, o seu pedido não é repatriação.

Não existe nenhum registro sobre os locais de onde as peças foram retiradas no momento da apreensão, é impossível o rastreamento de casas e terreiros, visto que alguns dos quais não devem existir mais, muito menos rastros dos seus antigos donos. Ao despeito, Renato Machado, procurador da República, relatou na audiência pública, que comprovou pelos documentos históricos que as operações policiais foram executadas de modo ilegal: *“Os objetos foram recolhidos de forma completamente irregular, mesmo à luz da legislação da época. Eles simplesmente invadiram os terreiros e apreenderam os objetos sem ter um processo criminal”* (RENATO MACHADO)

Essas apreensões teriam dado início à coleção, que pelo seu tamanho, nenhum terreiro teria a condição de recebê-la. Ao se tratar de uma coleção tombada, seu desmembramento não é permitido, nem desejado pela própria CLNS. Assim, o requerimento da CLNS dirigiu-se à mudança do local de exibição. O consenso entre os membros da campanha é que venha a ser um outro museu, o espaço que venha a receber

as peças e que devolva a elas a dignidade furtada. Em 2017, Roger Cipó, fotógrafo, pesquisador e ativista candomblecista de São Paulo, ecoava as palavras do babalaô Ivanir dos Santos e propôs que:

[...] da mesma maneira que as peças religiosas católicas estão no Museu de Arte Sacra do Rio de Janeiro, objetos sagrados judaicos encontram-se no Museu Judaico do Rio, este acervo afro-religioso deve estar em um museu que exalte e respeite o valor religioso, histórico e artístico dessas peças (CIPÓ, 2017).

Lembremos que o museu era também o destino que Shaolin almejava para as peças que resgatou, nas suas palavras *“é totalmente inadmissível que uma religião genuinamente brasileira não tenha um lugar público de reconhecimento”*. O museu então se reposiciona como lugar de reparação e repatriação, deverá ser um museu atualizado, menos canônico, colonial e hegemônico e capaz de estabelecer um diálogo com os saberes insubmissos e decidido a rever seus pressupostos epistemológicos para uma prática colaborativa e decolonial.

A insistência na procura de um local diferente do Museu da Polícia Civil para o cuidado das peças se intensificou após uma visita feita pela equipe do Iphan, acompanhada pelos deputados Flávio Serafini e Marcelo Freixo (PSOL), para apurar o estado da coleção. Essa visita constatou a presença de 524 objetos, dos quais só 126 constam no inventário de 1938. O fato de que algumas peças tenham desaparecido, e que outras tenham sido acrescentadas, sem se saber sua procedência ou momento de inclusão, reforça a forma como a coleção se sobrepôs à singularidade dos objetos.

Segundo Jorge Santana, ao abrir as caixas, encontraram *“traças”* no interior, o que comprova que a conservação não era tecnicamente apropriada, o qual já se intuía dada a falta de museólogos e conservadores profissionais permanentes no Museu da Polícia Civil. Nessa visita, as peças foram manipuladas por policiais sem considerar que eram objetos sagrados apesar das objeções dos membros da CLNS. Ao descrever esses fatos, Flavio Serafini enfatizou na audiência pública: *“Precisamos tirar essas peças do Museu da Polícia e começar a reparação histórica com o povo de terreiro. Enquanto não fizermos isso, vamos continuar a lidar com casos de violência institucional e racismo e intolerância religiosa que estamos vendo agora”*.

A audiência pública das Comissões de Direitos Humanos, Cultura e Combate às Discriminações, ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em 19 de setembro de 2018¹⁶. Em meio aos acalorados debates houve dois encaminhamentos importantes: a conformação de um grupo de trabalho com a participação de lideranças religiosas, parlamentares, membros da Polícia Civil e do MPF para debater a destinação adequada para esse acervo e a solicitação de mudança do nome da coleção, gesto imprescindível direcionado à reparação histórica.

¹⁶ Entre os convidados na audiência estavam deputados estaduais, a Ialorixá Meninazinha de Oxum; secretário de Cultura, André Lazzaroni; diretor do Museu da Polícia Civil, Cyro Advíncula; Mãe Flávia; Babalorixá Ivanir dos Santos; diretora do Museu Nacional, Cláudia Rodrigues; Babalorixá Adailton Moreira; Tatá Songnele; representante do MPF, da Superintendência de Museus, da Chefia de Polícia Civil e Defensoria; Luizinha de Nanã; entre outros.

O pedido de retificação do nome do tombamento do acervo foi protocolado no Iphan para que a conhecida coleção deixe de lado um nome que perpetua o racismo e preconceito. Foi proposta como nova denominação Acervo Sagrado Afro-brasileiro¹⁷, essa mudança deverá se estender às próprias denominações das peças no inventário, seguindo as indicações de babalorixás e ialorixás.

O grosso das falas na audiência endossaram o pedido da CLNS, em prol da liberação das peças. Porém, a intervenção de Advincula da Silva, diretor à época do Museu da Polícia Civil, foi na contramão. Alvo das críticas, ele seria o único defensor do papel desse museu que, por força da legislação penal, abrigou objetos com valor histórico, etnográfico e religioso e que ali deveriam permanecer. Argumentou que o requerimento do tombamento junto ao Iphan teria acontecido por iniciativa do delegado de polícia Sílvio Terra, subordinado à Polícia Civil, quem reconheceu a importância que o acervo continha, destacou o valor histórico e significado que ele tinha para a instituição e ressaltou a dedicação e afeto que ele e outros funcionários teriam dedicado à mesma.

Segundo o delegado, o acervo se encontrava em bom estado de conservação e aguardava por uma futura exposição, como já o tinha escrito no catálogo “Relicário Multicor”, mencionado acima. Justificou que em razão da reforma do museu, a polícia demorou em quantificar o total de peças, se mostrou otimista com uma próxima reinauguração. Concluiu sua intervenção falando do papel do museu operando enquadramentos sobre os objetos, ao ser guardião e conservador dos tesouros culturais da humanidade.

Outro dia li numa página política das redes sociais que as peças dos cultos afro-brasileiros estavam apreendidas no nosso Museu. Um museu não apreende as suas peças, um museu as preserva, pesquisa e expõe. Todos os museus constituem os seus acervos com objetos os mais variados que pertenceram a outras pessoas, grupos ou nações e que, por circunstâncias históricas, vieram a abrigar dentro dos espaços culturais. Os museus não criam ou produzem as suas riquezas. Os museus as recebem com a finalidade de preservá-las para as gerações futuras. É essa a natureza dos museus. Os museus são grandes coleções de bens produzidos pela civilização ou encontrados em nosso planeta. Para que um museu possa existir, lhe é reconhecido o direito de preservar íntegra a sua grande e diversificada coleção, pois se fosse permitido o seu desmembramento, em pouco tempo se desfiguraria como museu. Por esse motivo o Direito protege as coleções museológicas tornando-as indivisíveis. No período de 80 anos em que a Coleção dos Cultos Afro-Brasileiros integra o acervo da Polícia Civil, as suas peças deixaram de ser exibidas nos salões de exposição por período inferior a um quarto deste tempo, com dificuldades que se seguiram à mudança de sede e abalos estruturais causados por uma edificação vizinha. A permanência em reserva técnica é um fato comum em todos os museus, mas não significa que deixou de haver interesse em torná-las visíveis à sociedade, sua verdadeira herdeira (SILVA, 2018)¹⁸.

¹⁷ O nome não foi um consenso, pois, para alguns, como documento da barbárie das políticas do Estado, o acervo deveria ter o aspecto do seu sequestro, por parte da polícia, explícito em sua nova nomenclatura.

¹⁸ Depoimento de Cyro Advincula da Silva na audiência pública das Comissões de Direitos Humanos, Cultura e Combate às Discriminações, em 19 de setembro de 2018, na Alerj.

Transcrevo essas palavras porque nelas estão contidas a última recusa pública à saída dos objetos do museu, deixando transparecer o reconhecimento da importância de um acervo, cujo tamanho não cabia mais na instituição. As coisas mudaram após árduas negociações e requisições coercitivas do MPF e de uma Ação Civil Pública. O inquérito civil 130001003465/2017-16 de setembro do 2019 decidiu a transferência da coleção para o Museu da República, atualmente sob a direção de Mário Chagas. Finalmente, no dia 7 de agosto de 2020, foi assinado o termo de comodato para a transferência da coleção de objetos sagrados (LUCENA, 2020). O triunfo da CLNS inaugura um novo capítulo para a coleção.

A Modo de Conclusão

Apresentei duas coleções que têm como origem comum as políticas de repressão contra as religiões de matriz africana: uma mais estudada, divulgada e patrimonializada, que foi o motor da política da CLNS; enquanto a outra, menos visível, quase anônima e sem maior elaboração política ou identitária é vivenciada como experiência subjetiva. Ambos os casos fazem denúncias sobre os crimes cometidos pelo Estado contra a fé afro-brasileira em ações que desencadearam *dor, sofrimento e humilhação*. A apreensão dos objetos *sob o rótulo do crime* é a prova material da perseguição. Reverter essa classificação é um passo para a reparação histórica e o museu tem um papel no processo de ressaltar o seu valor sacro e artístico, tanto quanto o seu valor histórico por ser também documento da barbárie.

As motivações de Shaolin para resgatar a coleção de santos estiveram atreladas a uma intensa rede de relações e trocas com a ordem cósmica, a sua ação foi mobilizada pela obrigação de reparar a dor. Para que essas peças alcancem uma vida pública será preciso que sejam abraçadas politicamente por algum movimento e que sejam acolhidas por uma instituição que as identifique, restaure e conserve. Que o acervo impetre uma dimensão política não significa o abandono de sua dimensão sensível, pois os patrimônios são simultaneamente realidades objetivas e experiências subjetivas nas que o envolvimento entre coisas e sujeitos é forte (GONÇALVES, 2019). Ambas as dimensões constituem os patrimônios, e a coleção pela qual tem lutado a CLNS é exemplo dessa dupla condição.

A história de idas e vindas que conformaram essas coleções, como também as disputas de sentido a elas atribuídas, além dos arranjos institucionais que têm provocado, sugerem que o conceito de agência social das coisas (GELL, 1998) seja ampliado para as coleções. Nos casos abordados, estas têm sido motores de ações e criadoras de subjetividades. A sequência das fases, sobreposições e eventos pelos quais passaram, ilumina o modo como essas coleções adquiriram diferentes estatutos a partir do momento em que foram constituídas e de acordo com os diferentes sistemas de valores que as atravessam.

As divergências classificatórias e mudanças nos enquadramentos impostos em determinados momentos históricos pelos diversos atores envolvidos não discrepa da sua condição patrimonial. A despeito, Gonçalves (2005) nos lembra que os patrimônios fazem mediações entre o passado e o presente, o cosmos e a sociedade, a cultura e os

indivíduos, a história e a memória. Em consequência, objetos e coleções têm fronteiras porosas e se apresentam sem limites classificatórios muito precisos, pois simultaneamente são objetos e sujeitos, de natureza material e imaterial, que transitam entre o sagrado e o profano, uma hora são do âmbito do divino e outra, demasiadamente humanos.

Referências

- APPADURAI, Arjun. Mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da UFF, 2010. p. 15-89.
- ARANTES, Antônio. Patrimônio imaterial e referências culturais. *Tempo Brasileiro, Patrimônio Imaterial*, Rio de Janeiro, n. 147, p. 129-140, out./dez. 2001.
- BIRMAN, Patrícia. *O que é umbanda*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de Outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro: Governo Provisório, 1890. (Coleção das leis do Brasil). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 23 nov. 2018.
- CIPÓ, Roger. Campanha reivindica patrimônio sagrado aprisionado no Museu da Polícia Civil. *Olhar de um Cipó*, Diadema, 1 ago. 2017. Disponível em: <http://olhardeumcipo.blogspot.com/2017/08/campanha-reivindica-patrimonio-sagrado.html>. Acesso em: 23 nov. 2018.
- CONDURU, Roberto. *A coleção de cultos afro-brasileiros do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Municipal José Bonifácio: Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro: Instituto de Artes da UERJ, 2008. Rêlicário Multicolor.
- CORRÊA, Alexandre Fernandes. A coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: o primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. *MNEME*, Penedo, v. 7, n. 18, out./nov. 2005.
- CORRÊA, Alexandre Fernandes. *O museu mefistofélico e a distabuzação da magia: análise do tombamento do primeiro patrimônio etnográfico do Brasil*. São Luís: EDUFMA, 2009.
- GAMA, Elizabeth Castelano. *Lugares de memória do povo de santo: patrimônio cultural entre museus e terreiros*. 2018. Tese (Doutorado História Social) - UFF, Niterói, 2018.
- GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio, espaço público e cultura subjetiva. In: TAMASO, Izabela et al. (org.). *A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 29 -47.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Teorias antropológicas e objetos materiais. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro: Departamento de Museus e Centro Culturais, 2007. p. 13-42. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).
- KOPITOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora UFF, 2010. p. 89 -123.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.
- LUCENA, Felipe. Polícia Civil do Rio é a primeira do Brasil a devolver acervo de religiões de matriz africana. *Diário do Rio.com*, Rio de Janeiro, 8 ago. 2020. Disponível em: <https://diariodorio.com/policia-civil-do-rio-e-a-primeira-do-brasil-a-devolver-acervo-de-religoes-de-matriz-africana/>. Acesso em: 8 ago. 2020.

MAGGIE, Yvonne. Objetos da feitiçaria. *G1*, Rio de Janeiro, 12 ago. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/yvonnemaggie/2011/08/12/objetos-da-feiticaria/>. Acesso em: 1 dez. 2018.

MAGGIE, Yvonne; RAFAEL, Ulisses. Sorcery objects under institutional tutelage: magic and power in ethnographic collections. *Vibrant*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 305-306, 2003.

MAGNANI, José Guilherme C. *Umbanda*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

OLIVEIRA, Nathália Fernandes. *A repressão policial às religiões de matriz afro-brasileira no período do Estado Novo (1937-1945)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - UFF, Niterói, 2015.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. [Ofício]. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 25 mar. 2010. [Exposição permanente das peças resgatadas de afro-brasilidade].

SANSI, Roger. A vida oculta das pedras: historicidade e materialidade dos objetos no candomblé. In: GONÇALVES, José Reginaldo S.; SAMPAIO, Roberta; BITAR, Nina Pinheiro (ed.). *A alma das coisas: patrimônios, materialidades e ressonância*. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2013. p. 105.

VELASCO, Valquíria Cristina Rodrigues. *Geografias da repressão: experiências, processos e religiosidades no Rio de Janeiro (1890-1929)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

*Minicurrículo da Autora:

Luz Stella Rodríguez Cáceres. Doutora em Geografia Humana pela Universidade federal do Rio de Janeiro (2012). Pós-doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ). Pesquisa financiada pela FAPERJ (Processo nº E26/202.390/2017). E-mail: lunsella@gmail.com.